

Deputados prometem assegurar quórum

Pressionados pelas críticas, distritais fazem acordo para conciliar compromissos da campanha e trabalhos legislativos

Os deputados distritais fizeram um acordo ontem para conciliar os compromissos de campanha com os trabalhos legislativos. Eles se comprometeram a não faltar às sessões ordinárias, marcadas para as 9h00 de segunda a quinta-feira. Há mais de um mês, os parlamentares deram prioridade à caça aos votos e, por isso, neste período a Câmara só conseguiu quórum para votação em cinco sessões. Ontem, 21 dos 24 distritais compareceram ao plenário e votaram três vetos e dois projetos de lei.

Os parlamentares decidiram manter o horário das sessões ordinárias da Câmara Legislativa, com tolerância de 30 minutos. O projeto de resolução do deputado Manoel Andrade (PP), alterando este horário para 16h00, foi retirada de pauta por ele mesmo, depois de uma negociação entre os distritais. O autor da proposta só concordou em retirá-la porque perdeu na votação. "Fui voto vencido", lamentou.

Manoel de Andrade ainda acha que o melhor horário para a realização das sessões neste período de campanha eleitoral é às 16h00. "A gente chega às 4h00 da madrugada e tem de acordar cedo para vir às sessões", justifica. O deputado Peniel Pacheco (PTB), um dos que defenderam a manutenção do horário atual observa que uma mudança como esta agora representaria uma decisão casuística. "Fomos eleitos para o trabalho legislativo. É certo que iremos fazer campanha, mas é preciso não prejudicar as atividades

legislativas", destacou.

Os distritais chegaram a um consenso para agilizar as votações: evitar os discursos prolongados para não atrasar a apreciação dos projetos. "O negócio é não ter duas horas de falação e meia hora de votação", salientou Peniel Pacheco. O deputado Manoel Andrade disse que vai cobrar a presença de todos os parlamentares em plenário, principalmente dos que não concordaram com sua proposta.

Projetos — Na sessão ordinária de ontem, os distritais derrubaram o veto do governador Joaquim Roriz ao artigo do Projeto de Lei nº 1.253/94, que institui a gratificação de 20% aos professores aposentados da Fundação Educacional, conhecida como pô de giz. A derrubada do veto foi comemorada pelos professores, que lotaram as galerias da Câmara Legislativa. Na mesma sessão, os deputados decidiram manter o veto do governador ao projeto de lei do suplente de deputado, Odilon Aires (PMDB), que prevê a distribuição de tíquetes-alimentação para os servidores públicos do DF.

Também foi aprovado pela Câmara Legislativa ontem o projeto de lei do Governo que cria a carreira de apoio às atividades dos policiais civis, com cargos efetivos. O projeto, que regulamenta um dispositivo da Lei Orgânica, estabeleceu a fixação de uma tabela com os vencimentos em URV para a categoria, que lotou as galerias da Casa.



Abadia e Vallim chegam à sede do PSDB para o lançamento da coligação Brasília de Mão Dadas

Câmara chega à milésima sessão

A Câmara Legislativa realizará amanhã, às 10h00, uma sessão solene para comemorar o primeiro aniversário da Lei Orgânica do DF e a milésima sessão plenária da Casa. O coral da Universidade de Brasília fará a abertura da cerimônia apresentando parte do repertório que levará ao Canadá, no período de 4 a 17 de julho, quando estarão representando o Brasil no 10º Concurso Internacional de Corais da cidade Powell River (British Columbia).

Promulgada no dia 8 de junho do ano passado, a Lei Orgânica do DF é considerada pelos distritais como a principal realização desta primeira legislatura. Os parlamentares levaram um ano e dez meses para concluir os 365 artigos do documento, que tem 90% de seus artigos auto-aplicáveis. Apenas 10% dos dispositivos da Lei Orgânica

dependem de regulamentação.

A maior polêmica no processo de elaboração da Lei Orgânica surgiu em função da sugestão dos deputados governistas de incluir no texto do documento a venda das terras rurais do DF, através de licitação. Os oposicionistas foram contra a proposta. Diante do impasse, o capítulo sobre as terras rurais ficou fora da Lei Orgânica.

Entre os avanços previstos na Lei Orgânica estão a proibição de fabricar, comercializar e utilizar substâncias que emanem gás cloro-fluorcarbono, prejudicial à camada de ozônio; a determinação para que o GDF divulgue, semestralmente, relatório sobre a qualidade de água distribuída à população e a obrigação de o governo dar assistência integral aos portadores do vírus da Aids ou de qualquer outra doença infecto-contagiosa.

Rádio põe no ar os candidatos ao Governo do DF

Os candidatos a governador do Distrito Federal terão hoje a primeira oportunidade de expor seus planos de governo no programa de rádio "Revista Nacional", na Rádio Nacional, que vai ao ar a partir das 8h00. O debate, previsto para começar às 9h00, não contará com a presença do candidato com maior intenção de votos, o senador Valmir Campelo, que alegou o mesmo direito que o candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que se negava a comparecer. A programação similar até o final da tarde de ontem, não estava confirmada a presença do candidato da coligação PSC/PSD/PCN/PTC, João Teixeira.

A ausência do mais bem colocado, Valmir, e do ainda desconhecido Teixeira não tiraram a expectativa dos demais candidatos frente à oportunidade de realizarem um debate ao vivo. O candidato da Frente Popular, Cristovam Buarque, lamentou a falta de Campelo e criticou a desculpa apresentada pelo senador. "Além de achar uma falta de respeito com o público e com os seus adversários, acredito que o senador fez uma comparação errônea, uma vez que Lula detém o dobro de intenção de votos de todos os seus oponentes", avaliou Cristovam, acrescentando que a soma das intenções de votos para ele e a candidata tucana supera as do senador, segundo as últimas pesquisas.

Consulta — O debate será conduzido pelo jornalista Walter Lima, que passou o dia de ontem atendendo à população, para saber quais os temas que as pessoas gostariam de ver discutidos. A rádio recebeu mais de 100 telefonemas de ouvintes preocupados com desemprego, segurança nas cidades-satélites, preços das passagens de ônibus, saúde, educação, cultura e infraestrutura.

O debate terá a duração de 55 minutos, podendo ser ampliado se houver necessidade. Um sorteio definirá a ordem de participação dos candidatos. Cada um terá três minutos para dar sua resposta e, se citar um outro candidato, este terá um minuto e meio para réplica. No final do programa, cada candidato fará um balanço do seu desempenho no tempo de um minuto. A emissora permitirá perguntas de ouvintes e de jornalistas convidados.